

Artigos Originais

CAUSAS PARA EVASÃO NO PRIMEIRO PERÍODO DOS CURSOS DAS ENGENHARIAS AGRARIAS

Original Articles

CAUSES FOR EVASION IN THE FIRST PERIOD OF AGRICULTURAL ENGINEERING COURSES

Maria do Carmo Maracaja Alves*
<http://lattes.cnpq.br/9068251245696528>
mcmaracaja@gmail.com

Josefa Edileide Santos Ramos**
<http://lattes.cnpq.br/1689886628620497>
edileideramos1@gmail.com

Marcelo da Costa Borba***
<http://lattes.cnpq.br/9442066023703538>
marcelodcborba@gmail.com

Lucia Maria Goés Moutinho****
<http://lattes.cnpq.br/9886646628709830>
luciamoutinho@gmail.com

Romilson Marques Cabral*****
<http://lattes.cnpq.br/4290326926381504>
romilsonmarques1@gmail.com



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

RESUMO

O estudo teve como objetivo apresentar os motivos que tem patrocinado a evasão nos primeiros períodos dos cursos de Engenharia Agrárias da Universidade Federal

*Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural/PADR/UFRPE

**Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural/PADR/UFRPE

***Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural/PADR/UFRPE

****Doutora em Economia de Empresas/ FGV

*****Doutor em Administração/UFBA Professor Associado I pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Rural de Pernambuco - Sede. Está relacionado às questões sobre evasão dos cursos de graduação como um dos pontos de preocupação das Instituições de Ensino Superior. Aborda uma metodologia qualitativa, por meio da análise de conteúdo, destacando as variáveis numa perspectiva dedutiva. Os resultados demonstraram que mais de 20% dos alunos pesquisados não escolheram o curso que desejavam. Já os motivos para a possível evasão estariam relacionados ao desejo por outro curso, a indecisão vocacional, a perspectiva de mercado e a identificação com a área. Portanto, não é suficiente afirmar que a evasão esteja associada a fatores isolados como escolha errônea do curso, mas, a um contexto que deve ser abordado considerando outros elementos que interferem no processo sócio pedagógico dos cursos.

Palavras-chave: educação superior. evasão escolar. políticas públicas de educação. engenharia.

ABSTRACT

The purpose of this study was to present the reasons that have sponsored evasion in the first period of Agricultural Engineering courses of the Federal Rural University of Pernambuco - Sede. This is related to the questions about the avoidance of undergraduate courses as one of the points of concern of Higher Education Institutions. It addresses to a qualitative methodology, through the analysis of content, highlighting the variables in a deductive perspective. The results showed that more than 20% of the students surveyed did not choose the course they wanted. The reasons for possible evasions would be related to the desire for another course, the indecision about vocation, the market perspective and the identification with the area. Therefore, it is not enough to say that evasion is associated with isolated factors such as wrong choice of course, but to a context that must be approached considering other elements that interfere in the socio-pedagogical process of the courses.

Keywords: higher education. school evasion. public education policies. engineering.

1 INTRODUÇÃO

A evasão é um problema que aflige as instituições de ensino em geral. Os índices na esfera universitário são elevados e vêm se estabelecendo, ao longo do tempo, nas Instituições de Ensino Superior (IES). Este cenário é problemático na medida em que não sabe quais os motivos da evasão ou fatores de seus incentivos (SILVA FILHO et al., 2007). O Brasil tem assistindo a um aumento considerável do contingente de ingressantes em IES, da mesma forma que a quantidade de estabelecimentos e cursos também tem apresentado um aumento importante. Uma

das estratégias utilizadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Com o Reuni o governo federal adotou medidas para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada desde 2003 (BRASIL, 2010).

Junto ao crescimento das vagas, a evasão também foi ascendente. Em 2013 a taxa de evasão anual dos cursos presenciais atingiu o índice de 24,9%, sendo 27,4% na rede privada e 17,8% na pública. Nos cursos EAD, no mesmo ano, o índice chegou a 28,8%, sendo 29,2% na rede privada e 25,6% na pública (SEMESP, 2015). No estado de Pernambuco a evasão anual dos cursos presenciais chegou a 25,6% na rede privada e 15,1% na pública. A Região Metropolitana do Recife atingiu um índice de 27,4%, ficando acima do estado (25,6%). Nos cursos a distância (EAD), o índice de evasão anual chegou a 30,9% na rede privada e 26,9% na pública (SEMESP, 2015).

Muitos dos estudos sobre evasão indicam, em todo o mundo, que a taxa de evasão no primeiro ano de curso é duas a três vezes maior do que a dos anos seguintes (SILVA FILHO et al., 2007; DIAS; THEÓPHILO; LOPES, 2006). No Brasil segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), este processo tem se acentuado após o início do Sistema de Seleção Unificada -SISU. Constata-se que o motivo principal tem sido a possibilidade dada aos alunos de ter uma escolha aleatória em função da média obtida (ANDIFES, 2013). Apesar do fenômeno ser observado não se sabe ao certo quais as causas para esse elevado contingente de evasão.

Observando a literatura que indica uma elevada taxa de evasão nos períodos, quando o vínculo do aluno com a instituição ainda é frágil e entendendo que os primeiros anos do curso são os que exercem maior impacto sobre o universitário objetiva-se com o presente artigo apresentar os motivos que tem patrocinado a evasão nos primeiros períodos dos cursos de Engenharia das áreas de pesca, agrícola e ambiental e, Florestal da UFRPE – Sede. O foco da pesquisa recai sobre o segundo semestre de 2015. Especificamente propõe-se: 1) apresentar como resultado o perfil socioeconômico dos alunos; 2) mostrar como se deram as

escolhas iniciais e as escolhas possíveis e; 3) mostrar conexões entre o perfil e as razões que levaram ao afastamento com duas abordagens: incompatibilidade em relação condução dos cursos escolhidos e as pretensões iniciais e o perfil dos docentes e condução didática nesses primeiros períodos.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Contextualização do Ensino Superior no Brasil

O primeiro registro de escola de ensino superior no Brasil, ocorreu em 1808 em Salvador e no Rio de Janeiro. A transferência da corte portuguesa para o Brasil é considerada o evento que permitiu a criação das primeiras escolas de ensino superior no país. Nesse ano, foram criadas as atuais faculdades de Medicina das Universidades Federais da Bahia e do Rio de Janeiro, como escolas de Cirurgia e Anatomia e também a Academia da Guarda Marinha no Rio de Janeiro (CURI, 2011). Mas foi a partir de 1930, que a sociedade progressivamente, industrializava-se com uma concentração cada vez mais ampla da população nos centros urbanos, isso contribuía para a promoção de exigências maiores em relação à educação. Particularmente na região sudeste, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, onde a demanda por ensino superior foi mais sentida (CACETE, 2014).

Segundo Cacete (2014, p. 1063) “o surgimento do ensino superior no país deu-se inicialmente sob a forma de cadeiras que foram sucedidas por cursos, posteriormente por escolas e por faculdades de medicina, direito, engenharia, agronomia etc., todas eminentemente profissionais”. Ainda segundo a autora a expansão do ensino superior no país é resultado de uma combinação de muitos fatores, entre os quais podemos destacar o papel desempenhado pelas faculdades de filosofia na consecução do binômio expansão/privatização e a criação das licenciaturas curtas polivalentes que deu novo fôlego ao projeto expansionista do setor privado de ensino superior não confessional. Nos anos atuais, o processo de estruturação do ensino superior no Brasil, teve uma forte expansão de 2003 para 2014, saindo de 43 para 63 universidade federais. Já o número de municípios atendidos pelo ensino superior no país, passou de 114 para 289, no mesmo período (BRASIL, 2014).

Em 2013 das 2.391 instituições de educação superior existentes, apenas 8% eram Universidades, ou seja, grandes centros de ensino. Essas instituições detinham mais de 53% dos alunos, já as Faculdades tiveram uma participação superior a 84%, mas atendendo apenas 29% dos alunos. Neste mesmo ano o número total de matrículas na graduação foi 7.305.977, isso de acordo com dados do censo da educação Superior, um acréscimo de 3,8% em relação ao ano 2012 (MEC/INEP, 2013). Atualmente existem, no Brasil, 2.675 unidades de instituições públicas e privadas, com status de ativa, segundo dados do Sistema E-MEC do Ministério da Educação. Totalizando 37.618 cursos presenciais, ativos e reconhecidos além de 86.306 cursos à distância, na mesma condição (MEC, 2015).

Em relação à qualidade dos cursos de graduação, existe uma medida realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) através do Índice Geral de Cursos (IGC), com divulgação anual dos resultados obtidos pelo Enade. O órgão regulador e responsável pela garantia do cumprimento da legislação educacional é a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), do Ministério da Educação (BRASIL, 2009). O MEC divulga anualmente um estudo sobre o censo da educação superior no Brasil. Todas as informações coletadas são base referencial utilizada pelo MEC para decisões estratégicas dos programas e políticas para o ensino superior no Brasil (BRASIL, 2015).

Como estratégias principais do governo federal para permitir o acesso, a expansão e a equidade no ensino superior destacam-se: Programa Universidade para Todos – PROUNI, Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e Sistema de Seleção Unificado SISU (CUNHA et al., 2014). O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado em 2004, por medida provisória, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13/01/2005.

O programa tem a finalidade de conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, sempre em instituições privadas de educação superior (BRASIL, 2005). É concedido aos brasileiros não portadores de diploma de ensino superior da rede pública de ensino e rede particular na condição de bolsistas

integrais, com renda per capita familiar de até um e meio salário mínimo, neste caso o estudante tem direito a bolsa integral e quando a renda per capita familiar superar esse limite e for menor ou igual a três salários mínimos, o estudante poderá concorrer a uma bolsa parcial (CUNHA et al., 2014). O PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos obtidos durante o seu curso (BRASIL, 2005).

O REUNI foi criado através do Decreto nº 6.096/2007 de 24 de abril de 2007. O Presidente da República Instituiu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais “com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007. p.1). O programa previa ampliação do acesso e a diminuição das taxas de evasão e retenção no ensino superior, além de outras atribuições regulamentadas.

O Decreto do REUNI baseou-se em dois indicadores de desempenho para aferição das metas do programa: a taxa de conclusão média dos cursos de graduação e a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor (CUNHA et al., 2014). E ainda, as medidas tomadas pelo programa, consideraram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) - Indicadores Sociais 2009 PNAD, onde apenas 24,3% dos jovens entre 18 e 24 anos ingressavam no ensino superior. Esses dados embasavam a estratégia do REUNI, para a ampliação das vagas, em especial, no horário noturno e a expansão das universidades para o interior dos Estados, com o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

Conforme dados do INEP (2011), o Exame Nacional do Ensino Médio foi criado em 1988, o seu objetivo era o de avaliar o desempenho dos estudantes concluintes da educação básica, com a finalidade avaliadora, para instituir melhorias. A partir de 2009, o exame foi usado também como forma de ingresso no ensino superior, na sua forma parcial ou total, e também no acesso a programas

oferecidos pelo Governo Federal, tais como o PROUNI citado anteriormente. Nem todas as universidades públicas e privadas aderiram totalmente ao Enem como critério único de seleção, mas grande parte já o utiliza ao menos como parte do processo seletivo.

Já o Sistema de Seleção Unificada (SISU) é uma plataforma virtual, criado em 2009 pelo Ministro da Educação com o objetivo de ser o meio de acesso entre as ofertas de vagas das instituições de ensino superior de todo o país e o ingresso dos estudantes que realizaram a prova do ENEM (BRASIL, 2011). Os alunos que prestaram o Exame Nacional de Ensino Médio e obterem nota maior que zero na redação podem se inscrever, no sistema. Depois do período de inscrição, o sistema seleciona automaticamente os alunos que tiveram a maior pontuação. O resultado da prova é a pontuação utilizada para selecionar os candidatos nas vagas escolhidas. Esse sistema tem o papel de canalizar todos os esforços para integração dos objetivos propostos pelo REUNI pois são ações e projetos que ampliam significativamente o número de vagas na educação superior e ao mesmo tempo viabilizam o acesso dos jovens à educação superior no país (CUNHA et al., 2014).

2.2 Ensino Superior na UFRPE

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) teve início em 3 de novembro de 1912 na cidade pernambucana de Olinda. Os monges beneditinos empreenderam esforços para a criação das escolas superiores de Agricultura e Medicina Veterinária São Bento, célula mater da atual UFRPE. Os primeiros tempos da história da UFRPE sem quatro períodos: Período Beneditino de 1912 a 1936; Período da Estatização, de 1936 a 1956; Período da Ordem Federal subordinada ao Ministério da Agricultura, entre os anos de 1956 e 1966; Período da Ordem Federal subordinada ao Ministério da Educação, desde 1966 aos dias atuais (UFRPE, 2016).

Atualmente a instituição é sediada no Campus de Dois Irmãos, no Recife, e tem suas ações entendidas por todo o Estado através das unidades Acadêmicas de Garanhuns (UAG), Serra Talhada (UAST) e Cabo de Santo Agostinho (UACSA), ou

seja, extensões situados no Litoral, na Zona da Mata, no Agreste e no Sertão de Pernambuco (UFRPE, 2016b).

A UFRPE, possui 44 cursos presenciais, divididos entre as Unidades Acadêmicas da Sede (24 cursos), UAST (09 cursos), UAG (07 cursos) e UACS (04 cursos) e, ainda oferta 09 cursos na modalidade a distância (UFRPE, 2016c). A instituição aderiu ao REUNI na sua segunda chamada em 2007, para implantação no segundo semestre de 2008. E, até 2015 foram ampliados os números de vagas e criados três campi citados anteriormente cumprindo com as metas estabelecidas pelo Programa. As formas de ingresso aos cursos de graduação da UFRPE, a partir de 2009, com ingresso em 2010, são feitas exclusivamente através do ENEM e, baseado na sua nota, a escolha do curso será através do SISU, conforme orientação do MEC que tem a responsabilidade pelas provas e a sua aplicação. O exame nacional possui questões, divididas em quatro eixos de conhecimento: Linguagens (incluindo redação), Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática (UFRPE, 2016e) .

De acordo com o site da instituição (UFRPE, 2016e) outra forma de ingresso na UFRPE é o Extra vestibular. Realizado através de edital, lançado semestralmente, a fim de preencher vagas ociosas em todos os cursos: Os concorrentes a este módulo de ingresso devem se encaixar e optar em uma das situações citadas a seguir, baseado nos editais da UFRPE: Reintegração, Reopção, Transferência e portador de diploma. Este trabalho tem como foco os cursos de engenharia da grande Área das ciências agrárias da Unidade Acadêmica de Dois Irmãos sede da UFRPE. Na qual fazem parte do quadro os cursos de Engenharia de Pesca, Engenharia Agrícola e Ambiental e Engenharia Floresta. Deste modo é apresentado sucinto contexto histórico dos cursos.

O curso de Engenharia de Pesca na UFRPE foi pioneiro no Brasil, criado em 1970 através da Resolução nº 12-A/70 do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFRPE, com a finalidade de atender os incentivos fiscais e financeiros específicos para o desenvolvimento da pesca através do Decreto-Lei nº 221, de fevereiro de 1967. Atualmente, são 22 cursos em atividade, no Brasil (BRASIL - MEC, 2015). O potencial dos recursos pesqueiros e aquícolas continentais do país representam uma grande área de atuação e oportunidades para o profissional da Engenharia de

Pesca. No Brasil, o mesmo tem atuado como profissional liberal nas esferas da iniciativa privada, em instituições públicas e nos centros de pesquisas. Nas instituições públicas, a presença da engenharia de pesca é destaque no Ibama, na secretária Especial de Aquicultura e nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (CONFEA, 2010). Segundo dados da UFRPE – PPP (2007), o ingresso dos alunos no curso, desde 2010, foi o ENEM/SISU, com 40 ingressos matutinos e 40 vespertinos, num total de 80 alunos/ano. Antes da reestruturação curricular, o ingresso era através de vestibular e o número de ingressos era 60 alunos, sendo 30 na primeira entrada e trinta na segunda.

O curso de Engenharia Agrícola e Ambiental da UFRPE é regulamentado pela Lei 5.194/66 e pelas resoluções CNE/CES 11/2000, CNE/CES 11/2006 e 1.010 de 2005 da CONFEA. Segundo a INEP (2010) o primeiro curso de engenharia agrícola criado no Brasil foi em 1973, na universidade de Pelotas – UPEL, deste foram formados 16 alunos das 20 vagas ofertadas em 1977. Atualmente o Brasil possui 11 cursos presenciais de Engenharia agrícola e ambiental em atividades registrado no MEC. A UFRPE oferece 80 vagas ao ano para o curso de Engenharia agrícola e ambiental, o ingresso acontece por meio do ENEM/SISU. O curso oferece 40 vagas semestrais em turnos diurnos (manhã/tarde), com uma duração de 9 semestres letivos, com uma carga horária de 3.645 horas. A Engenharia Florestal, de acordo com a Lei nº 4.643/65 é enquadrada na categoria de Engenharia, que determina a inclusão da especialização de Engenheiro Florestal na enumeração do art. 16 do Decreto-Lei nº 8.620/46. Historicamente a Engenharia Florestal, estava enquadrada administrativamente no CONFEA e no MEC como sendo uma modalidade da categoria de Agronomia. Porém, a partir de julho de 2007 as atividades profissionais previstas aos Engenheiros Florestais estão relacionadas no art. 5º da Resolução 1010/65 do CONFEA, no campo das engenharias.

Esse curso tem como objetivo formar profissionais habilitados a proteger o meio ambiente, planejar, organizar e dirigir o uso dos recursos florestais em benefício da sociedade, sem deixar de conservar o equilíbrio dos ecossistemas. No Brasil o primeiro curso de engenharia Florestal foi criado em 1960 na cidade de Viçosa, estado de Minas Gerais. De acordo com o MEC, atualmente são 45 cursos em atividades no país. O curso de engenharia Florestal na UFRPE oferece 50 vagas

por ano (25 por semestre), com ingresso no primeiro semestre pela manhã e no segundo semestre pela tarde, com duração de 10 semestres letivos e carga horária de 4,005 horas. O ingresso acontece por meio do ENEM/SISU.

2.3 A Evasão no Ensino Superior brasileiro

A evasão é um dos problemas que afligem as Instituições de Ensino Superior no Brasil, ressalta-se que uma parte das pessoas que ingressam em um curso superior não o conclui, tal fenômeno afeta tanto IES públicas quanto particulares (AMBIEL, 2015). Sendo considerada uma fonte de ociosidade em que professores, funcionários, equipamentos e espaço físico, muitas vezes são recursos públicos desperdiçados devido aos investimentos sem retorno (LOBO, 2012).

A evasão é um fenômeno social complexo, que vem preocupando as instituições de ensino em geral, sejam públicas ou particulares, pois a saída de alunos provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas (BAGGI; LOPES, 2011). “A respeito do conceito de evasão, a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão do MEC, o delimitou como sendo uma decisão ativa do aluno que decide desligar-se de seu curso superior atual por sua própria responsabilidade”(AMBIEL, 2015, p. 42). Diversos fatos embasam a importância de se medir e se reduzir a evasão escolar, destacando o valor de sua informação para as instituições de ensino superior, em particular para as financiadas com recursos públicos. Segundo Platt Neto, Cruz e Pfitscher (2008, p. 57–58) os principais motivos da evasão escolar envolvem:

O uso de recursos públicos, aumentando o custo por aluno e deixando capacidade ociosa em fases mais adiantadas dos cursos, que acabam não sendo preenchidas; b) A formação e as possibilidades profissionais e sociais de indivíduos que, sob alguns pontos de vista, podem ser considerados “limitados” por abrir mão de uma formação de nível superior e; c) Custos para os alunos, que ao desistirem do curso teriam, em algum grau (nunca completamente), desperdiçado tempo e dinheiro numa formação incompleta. Não é correto, naturalmente, questionar os aprendizados construídos por quem desiste dos cursos.

O abandono do aluno sem a finalização dos seus estudos representa uma perda social, de recursos e de tempo de todos os envolvidos no processo de ensino, pois perdeu aluno, seus professores, a instituição de ensino, o sistema de

educação e toda a sociedade (LOBO, 2012). Silva Filho et al. (2007) analisaram os dados do censo da educação superior divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), referente ao período de 2001 a 2005. Os dados apresentados sobre a evasão média foi de 22%. Este percentual variou de acordo com o tipo de instituição. Já Silva e Sauaia (2014), analisaram a evasão no período de 2006 a 2010. Os dados são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Comparação da evasão entre os períodos 2001 a 2005 e 2006 a 2010 nas IES do Brasil, por forma de organização acadêmica

Descriminação	Silva Filho et al., (2007) de 2001 a 2005	Silva e Sauaia (2014) de 2006 a 2010
Taxa média nacional	22%	20,36%
Universidades	19%	18,44%
Centros Universitários	19%	23,36%
Faculdades	29%	22,32%

Fonte: Adaptado de (SILVA; SAUAIA, 2014).

A Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras classifica a evasão no ensino superior em três tipos: Evasão do curso, Evasão da instituição e Evasão dos sistemas. A transferência interna ou aprovação no vestibular para outro curso na mesma instituição refere-se a evasão do curso, quando o estudante se desliga do curso de origem sem concluí-lo. A transferência externa ou aprovação no vestibular para curso em outra instituição trata-se da evasão de instituição quando o discente abandona a IES na qual está matriculado. Já a desistência diz respeito a evasão de sistema quando o discente se ausenta de forma permanente ou temporária da academia (MEC/SESU, 1997).

Esses níveis de evasão estão ligados a fatores que a influenciam como os fatores internos a instituições, externos as instituições e individuais dos alunos. Os fatores internos as instituições referentes a evasão estão relacionadas as deficiências nas estruturas físicas das universidades, a má atuação do docente, a assistência sócio - educacional, entendida como o conjunto de projetos e/ou ações como atividades de pesquisa e extensão, grade curricular/turno, monitorias e assistência aos alunos de baixa renda, que visam a integração do aluno com a universidade, sua permanência nela e seu bom desenvolvimento acadêmico (MEC/SESU, 1997).

Os fatores externos estão relacionados a falha na tomada de decisão em relação ao curso, isto ligado a falta de orientação profissional, imaturidade, curso de

segunda opção, busca pela herança profissional, pressão familiar, baixa concorrência. Também relacionada a dificuldades escolares, descontentamento com o curso e sua futura profissão, Razões socioeconômicas, distância entre domicílio e universidade, problemas pessoais (MEC/ SESU, 1997). Os fatores característicos individuais do aluno referente à evasão estão relacionados às habilidades de estudo, personalidade, formação escolar anterior, escolha precoce da profissão, dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária, desencanto com o curso escolhido, dificuldades recorrentes de reprovações ou baixa frequência e desinformação a respeito da natureza dos cursos (MEC, 1996).

Reconhecendo a necessidade de esclarecer os motivos pelos quais os estudantes não concluem seus cursos superiores, diversas pesquisas têm sido realizadas. No Brasil, há diversos estudos publicados que tiveram como objetivo entender os motivos de evasão. Vitelli e Fritsch (2016) fizeram uma revisão bibliográfica de escritos publicados em ter 1996 e 2015 que abordam a evasão na educação superior e que apresentam a fórmula de calculá-la. Baseado no estudo de Ambiel (2015), no Quadro 2 são apresentados alguns motivos potenciais que foram estudados no Brasil sobre a evasão no ensino superior.

Quadro 2: Estudos sobre motivos da Evasão no ensino superior

Pesquisas relacionadas	Descrição	Autores
Opinião sobre aspectos relacionados ao apoio e influências familiares aos estudos e à carreira.	Docentes e coordenadores de cursos	Andriola; Andriola; Moura, 2006
	Estudantes	Bardagi e Hutz, 2008; Ribeiro, 2005; Sampaio et al 2011.
Satisfação e adaptação ao curso	Presencial	Almeida e Ferreira,2002; Bardagi e Hutz, 2009; Barlem et al., 2012; Bueno, 1993;(CUNHA; TUNES; SILVA, 2001) Moura e Menezes, 2004
	Semipresencial e a distância	Almeida et al, 2013; Peixoto, Peixoto e Alves, 2010.
Características específicas de estudantes de cursos	Psicologia	Bicalho e Sousa, 2010)
	Educação Física	Silva et al, 2012
	Engenharia Agrícola	Testezlaf, 2010
	Enfermagem	Gomes, Angerami e Mendes, 1995
	Ciências Sociais	Villas Bôas, 2003
Nível socioeconômico e desempenho dos estudantes	-	Almeida et al 2013; Peixoto, Peixoto e Alves, 2010.
Amostras em larga escala provenientes de dados oficiais do MEC	-	Silva, 2013; Silva Filho et al., 2007.

Fonte: Construído a partir de AMBIEL (2015).

Dentre alguns desses estudos realizados, foram identificados fatores que evidenciam o problema da evasão nas IES brasileiras, embora normalmente a evasão decorra de um conjunto de fatores. Para muitos atores são causas de evasão os procedimentos institucionais, cursos incompatíveis com a realidade aonde se insere a instituição e obstáculos inerentes ao processo de ensino, os problemas inerentes aos sistemas e setores nas instituições e as situações externas e relacionadas aos alunos.

Os trabalhos sobre evasão no ensino superior partem de dois pontos distintos: o primeiro trata das motivações para o abandono do sistema escolar como um todo (SILVA FILHO et al., 2007), os autores traçam um extenso panorama sobre os dados de evasão das IES do país. O segundo são chamados de avaliação de impacto, em que se busca criar um perfil do aluno evadido, identificando as causas manifestas pelos evadidos para a sua desistência do curso (CUNHA; TUNES; SILVA, 2001; ANDRIOLA; ANDRIOLA; MOURA, 2006).

A estrutura interna da escala de motivos para evasão do ensino superior é um tema que importa a todos os envolvidos no Ensino Superior, desde os estudantes, até os professores, gestores e responsáveis pelas políticas públicas de educação. De acordo com Tinto (2007) a importância da integração e envolvimento acadêmicos fica mais clara, especialmente, no primeiro ano do curso. O autor pontua que intervenções visando tanto à adaptação ao ambiente quanto ao apoio pedagógico para estudantes com dificuldades de aprendizagem são ações necessárias por parte das instituições.

Em um estudo sobre a evasão no curso engenharia agrícola da Unicamp determinou-se a taxa de evasão para o período compreendido entre os anos de 1995 e 2006. O Trabalho revelou que uma das principais causas para o cancelamento da inscrição do estudante no curso está relacionado ao desempenho acadêmico durante os dois primeiros semestre (TESTEZLAF, 2010).

Na UFRPE Cavalcanti e Santos (2014) analisaram as dificuldades enfrentadas por estudantes universitários do curso de Engenharia de Pesca da Unidade acadêmica de Serra Talhada –UAST. As principais dificuldades citadas foram relacionadas a falta de recurso para permanência na universidade, apoio psicológico e reprovação, a inadaptação ao ensino superior pela imaturidade na

escolha do curso e o baixo nível escolar dos egressos. Alguns professores acreditam que a inserção à programas na IES poderia ajudar a manter o interesse dos alunos nos cursos.

Na esfera administrativa, num último estudo realizado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, nos 23 cursos oferecidos na sede, em 2013, o percentual de evadidos girava entre 8,98%, no curso de Medicina Veterinária e 62,67% no curso de Licenciatura em Matemática, conforme quadro 3.

Quadro 3: Taxa de evasão dos cursos da UFRPE - Sede

Cursos Sede	Taxa de Evasão (%)		
	2013	2014	Variação
Agronomia	23,53%	24,00%	2,00%
Bacharelado Administração	13,64%	10,99%	-19,41%
Bacharelado em Ciência da Computação	23,69%	27,15%	14,60%
Bacharelado Ciências Biológicas	23,62%	21,74%	-7,95%
Bacharelado Ciências Econômicas	27,68%	22,09%	-20,17%
Bacharelado Ciências Sociais	35,67%	25,15%	-29,49%
Bacharelado Sistemas de Informação	25,30%	29,79%	17,72%
Economia Doméstica	36,24%	37,33%	3,03%
Engenharia Agrícola Ambiental	26,09%	25,64%	-1,71%
Engenharia de Pesca	28,22%	29,75%	5,44%
Engenharia Florestal	31,53%	30,87%	-2,11%
Gastronomia e Seg. Alimentar	32,17%	23,01%	-28,49%
Licenciatura em Ciências Agrícolas	54,84%	49,02%	-10,61%
Licenciatura em Ciências Biológicas	24,45%	18,08%	-26,05%
Licenciatura em Computação	56,84%	36,24%	-36,25%
Licenciatura em Educação Física	27,63%	23,41%	-15,25%
Licenciatura em Física	60,05%	53,67%	-10,63%
Licenciatura em História	23,39%	15,13%	-35,31%
Licenciatura em Letras	27,27%	23,30%	-14,58%
Licenciatura em Matemática	62,67%	48,88%	-22,00%
Licenciatura em Pedagogia	28,57%	18,12%	-36,59%
Licenciatura em Química	32,65%	36,62%	12,15%
Medicina Veterinária	8,98%	9,25%	2,98%
Zootecnia	35,43%	38,30%	8,11%
Total Sede	29,29%	25,88%	-11,65%

Fonte: UFRPE/PROPLAN (2015)

O estudo levantado pela UFRPE/PROPLAN (2015), mostra as taxas de evasão e retenção dos cursos em 2013 e 2014. Para os cursos selecionados para este os resultados formam os seguintes: Engenharia de Pesca (evadidos: 28,22% e 29,75%, retidos: 17,84% e 24,79%), Engenharia Florestal (evadidos: 31,53% e 30,87%, retidos: 17,71% e 28,33%) e Engenharia Agrícola e Ambiental (evadidos: 26,09% e 25,64%, retidos: 18,58% e 24,85%). Os ingressantes de período letivo de 2011.1 no curso de Engenharia de Pesca, na sua primeira turma, com ingresso através do

SISU, formaram apenas 02 alunos em 2014.1. O resto da turma se evadiu e/ou ficou retido noutros períodos, um dado atípico em anos anteriores.

A Evasão em 2014 (comparação 2013), apenas os cursos de Zootecnia, Medicina veterinária, licenciatura em química, engenharia de pesca e economia doméstica apresentaram variação positiva. No geral as evasões nos cursos diminuíram, no entanto ainda são consideradas taxas elevadas. Do ponto de vista das instituições, números tão altos tendem a prejudicar o planejamento financeiro e acadêmico e, especialmente para as instituições públicas, cada aluno que deixa de concluir o curso significa um desperdício de investimento (SILVA FILHO et al., 2007).

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa que tem o objetivo de identificar e definir aspectos de caráter descritivo com fonte direta dos dados. Segundo Marconi e Lakatos (2010) a abordagem qualitativa descreve a complexidade do comportamento humano e fornece análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. O presente trabalho constitui-se de duas etapas: a primeira refere-se a pesquisa bibliográfica por meios eletrônicos, que contribui para a discussão acerca do tema abordado. E a segunda etapa envolveu pesquisa de levantamento que teve como finalidade buscar conhecimento sobre os possíveis motivos que possam levar a evasão dos cursos.

A população da pesquisa é composta pelos alunos ingressantes nos cursos de engenharia da UFRPE, no semestre de 2015.2, matriculados no Sistema Integrado de Gestão do Aluno (SIGA), com a seguinte representação: 40 alunos ingressantes no curso de Engenharia de Pesca; 40 no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental e; 25 no curso de Engenharia Florestal. Esse tipo de análise sugere uma abordagem não probabilística, visto que, a pesquisa foi realizada na sala de aula do primeiro período de cada curso, utilizando uma amostragem por acessibilidade em que o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso. Neste caso, foram entrevistados 25 discentes do curso de engenharia agrícola e ambiental, 18 de engenharia florestal e 31 de engenharia de pesca.

Os dados foram coletados através da aplicação de questionários semiestruturados aos discentes do primeiro período em agosto de 2015. O questionário é compreendido como um meio de coleta de informações que exclui a presença do entrevistador, sua utilização é comum devido uma série de vantagens, como economia de tempo, maior campo de abrangência, respostas rápidas e precisas (Marconi; Lakatos,2010). O instrumento aborda questões acerca do perfil socioeconômico dos entrevistados e questionamentos sobre os possíveis motivos que possam levar os entrevistados a evasão dos cursos. Inicialmente abordado por questão fechada e de múltipla escolha, na qual os entrevistados podiam assinalar cinco questões que acreditassem ser mais relevantes dentre as fornecidas. A segunda forma de resposta, através de questão aberta, para que o entrevistado possa expressar sua opinião.

A estratégia de tratamento e análise de dados foi a descritiva, utilizando como referência o formulário de pesquisa (questionário semiestruturado) preenchido pelos entrevistados, foi utilizada a contagem de ocorrência de dados, com o objetivo de identificar os atributos mais citados pelos entrevistados, como por exemplo, a distribuição percentual de respostas para cada atributo e o ordenamento com base no grau de importância atribuído pelos entrevistados.

O método de tratamento dos dados foi sequenciado da seguinte forma: seleção dos dados, codificação, classificação, agrupamento e tabulação, através da utilização de planilhas eletrônicas para melhor inter-relação dos dados. O tratamento aos dados qualitativos por meio de análise de conteúdo, destacando variáveis numa perspectiva dedutiva, tendo em vista a relação dos fatores interno e externos a instituição com os possíveis motivos que levariam os sujeitos envolvidos na pesquisa, a evasão do curso atual.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos Respondentes

Nos resultados buscou-se inicialmente caracterizar o perfil socioeconômico dos respondentes. De acordo com a pesquisa realizada, os dados coletados constataram uma predominância do gênero masculino sob o feminino. Em que 59% corresponderam aos do gênero masculino, enquanto o gênero feminino totaliza 41%

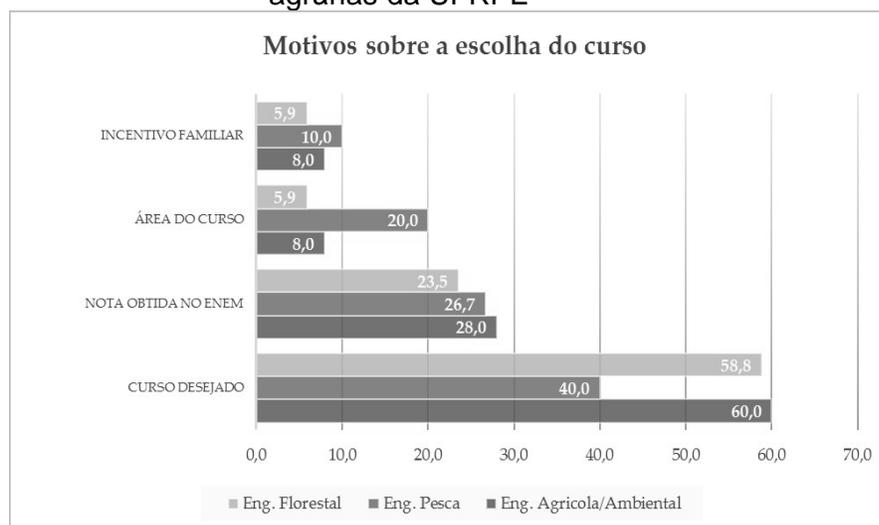
dos entrevistados. Esse fator é bastante característico dos cursos de engenharias agrárias, por ser uma área considerada tradicionalmente masculina.

Em relação a faixa etária, os discentes do primeiro período dos cursos de Engenharia da UFRPE – Sede varia entre 16 a 56 anos. Sendo que 78% possuem até 25 anos; 5% dos entrevistados possuem entre 26 e 35 anos; 7% estão entre 36 e 45 anos; 1% entre 46 e 55 anos; 3% estão acima dos 55 anos e; 5% não responderam a este quesito. Se referindo, ao estado civil dos entrevistados, a maioria (80%), se declarou como solteiro. Já 9% dos alunos da amostra são casados, e os demais se denominaram como sendo divorciados e/ou em união estável (2%). Fato este ligado a próxima pergunta em que os respondentes em grande parte ainda residem com seus pais, 74%; os demais 26% alegaram morar em outra residência. A respeito da experiência acadêmica, 59%, dos respondentes afirmam que estão ingressando pela primeira vez no ensino superior. Os demais já cursaram outros cursos de graduação e até mesmo, pós-graduação.

4.2 Perspectivas da Evasão nos Cursos das Engenharias Agrárias

Uma das principais questões que a literatura levanta na evasão do ensino superior é sobre a escolha do curso. Essa, pode se tornar um motivo para a desistência do aluno, por falta de incompatibilidade acadêmica. No questionário aplicado, perguntou-se aos discentes quais seriam as causas do ingresso no curso, afim de esclarecer os motivos sobre a escolha. Os resultados obtidos para essa questão estão apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1: Motivos de ingresso nos cursos das engenharias agrárias da UFRPE



Fonte: Elaborado pelos autores, (2015)

De acordo com a análise pode-se observar que os entrevistados em sua maioria (60%) estão no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental por ser o curso que deseja. No entanto muitos dos discentes (28%) alegaram está no curso por causa da nota obtida no Enem ou por que queria outro curso (8%) com área semelhante, mas, não conseguiu ingressar ou ainda incentivo familiar (8%). Quando questionado sobre as causas, os entrevistados puderam expressar-se livremente, citando causas que não estivessem relacionadas a escolha do curso na área de engenharia. Os resultados demonstraram que os discentes que justificaram como sendo a nota o principal motivo, alegaram a escolha por se tratar de um curso com ementa próxima ao desejado.

Com relação ao curso de Engenharia Florestal, os dados constataram que 58,8% dos entrevistados responderam que o motivo seria pelo curso desejo, ou seja, mais da metade do percentual entrevistado. Logo em seguida vem a nota obtida no Enem como motivo principal (23,5%), área do curso (5,9%) semelhante ao desejado e por fim recomendação familiar (5,9%). Para o curso de Engenharia de Pesca, conforme evidenciado 40% alegou que era o curso que desejava e 26,7% ingressou no curso por causa da nota obtida no Enem. O incentivo familiar aparece com 10%, já nesse curso os que alegaram área do curso semelhante foi de 20%, número mais expressivo entre os cursos investigados. Os resultados mostram um comparativo

entre as engenharias da área agrária da UFRPE, podendo observar que não há grande discrepância nos resultados obtidos. Porém, o curso de Engenharia de Pesca teve o menor percentual de alunos que desejavam o curso, este fato é reafirmado quanto da afirmação do desejo a outro curso, Engenharia de Pesca teve o maior percentual enquanto o Engenharia Agrícola e Ambiental apresentou o menor percentual. Também se observa que a influência da família está presente na escolha do curso, apesar do baixo percentual de respondentes. A próxima questão refere-se às consequências para a permanência no curso em que foi matriculado. Os resultados obtidos após a tabulação dessas respostas estão apresentados no Gráfico 2. A causa mais significativa para a permanência nos cursos foram a identificação com a área, seguida pela perspectiva de mercado.

Gráfico 2: Motivos para a Permanência nos cursos das Engenharias Agrárias da UFRPE



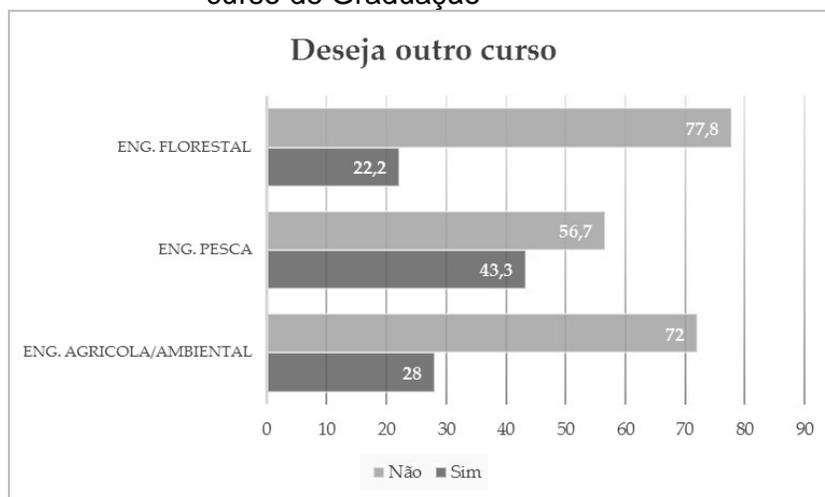
Fonte: Elaborado pelos autores, (2015)

Os resultados evidenciaram para os cursos de Engenharia Floresta, de Pesca e Agrícola/Ambiental respectivamente 87,5%, 69% e 62,5% na identificação com a área. Em seguida veio a perspectiva de mercado que apresentou índices significantes. A motivação dos professores, reconhecimento do curso e infraestrutura apresentaram índices baixos em relação aos dois supracitados. O grande percentual referente a de identificação com a área e a perspectiva de mercado demonstra uma boa expectativa dos alunos em relação a todo contexto do curso. Estes indicadores

podem oferecer maior estímulo ao discente para continuar estudando, mesmo que outros motivos tenham levado este curso.

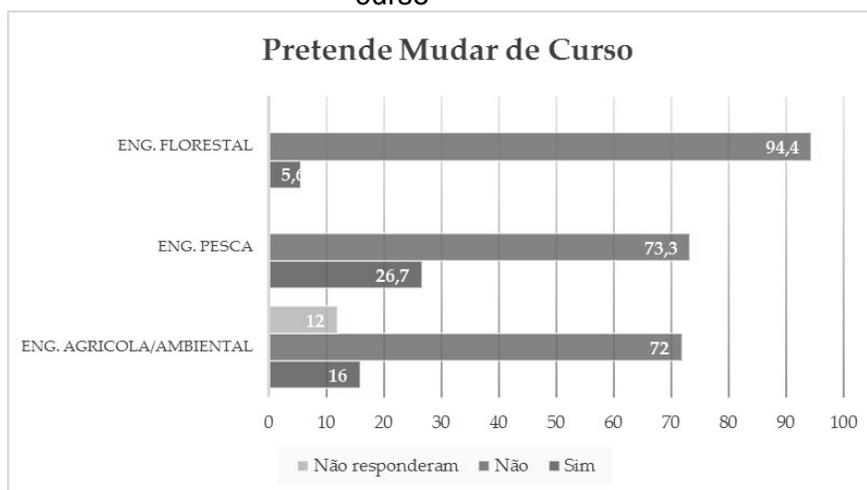
Nos Gráficos 3 e 4 a seguir são relacionadas as questões sobre o desejo dos entrevistados acerca de ingresso em outro curso de graduação e a permanência no curso atual. O curso de Engenharia de Pesca teve o maior percentual de alunos que afirmaram o desejo por outro curso (43,3%). Isto reafirma as questões sobre os motivos que levaram a escolha do curso, no qual, a Engenharia de pesca teve menor índice (40%) de respondentes acerca da opção curso desejado entre os demais cursos.

Gráfico 3: Percentual de respondentes que deseja outro curso de Graduação



Fonte: Elaborado pelos autores, (2015)

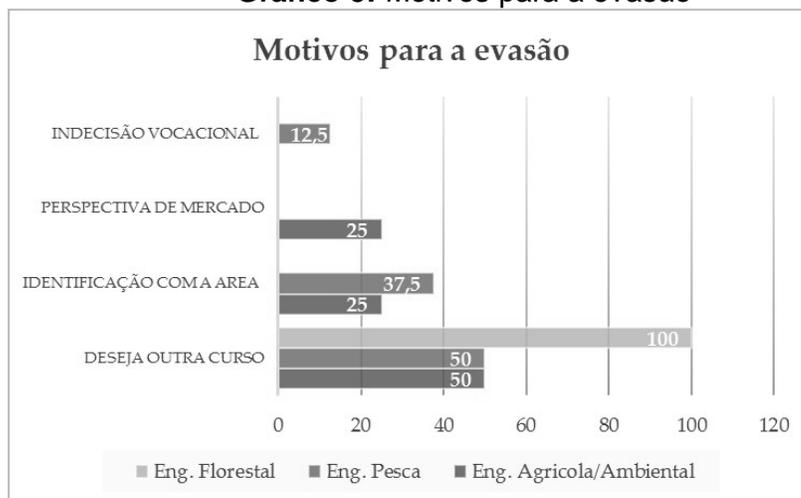
Gráfico 4: Percentual de respondentes que pretende mudar de curso



Fonte: Elaborado pelos autores, (2015)

Parece importante estabelecer um comparativo entre os estudantes que desejam outro curso e pretendem mudar o atual. Entre o curso de engenharia Florestal dos 22,2% que desejam outro curso apenas 5,6% pretendem mudar. O curso de engenharia de pesca foi que apresentou o maior índice, dos 43,3% apresentados 26,7% pretendem mudar. No curso de engenharia Ambiental e Florestal dos 28% que desejam outro curso 12% não responderam a este quesito e 16% pretendem mudar de curso.

No Gráfico 5 pode-se observar os motivos citados pelos respondentes acerca de uma possível evasão do curso, esses índices são relacionados aos respondentes que afirmaram que pretendem mudar a de curso.

Gráfico 5: Motivos para a evasão

Fonte: Elaborado pelos autores, (2015)

Um das variáveis para a evasão está no desejo por outro curso e no grau de identificação existente entre o estudante e área de atuação. Os resultados evidenciaram que o motivo mais citado para possível evasão do curso atual está no desejo por outro curso, Engenharia Florestal apresentou um índice de 100% e os cursos de Engenharia de Pesca e Engenharia Agrícola e Ambiental apresentaram índice de 50%. Já a identificação com a área aparece como segundo maior motivo mencionado para os cursos de Engenharia de Pesca (37,5%) e Engenharia Agrícola e Ambiental (25%).

Quanto a perspectiva de mercado, esse motivo foi citado por alunos do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, apresentando um total de 25% dos respondentes que pretendem mudar de curso. A perspectiva sobre o mercado de trabalho, influencia os níveis de satisfação e comprometimento de carreira. A percepção de mercado desfavorável está associada a uma menor decisão de carreira e a percepção de mercado favorável a um maior otimismo quanto à inserção e obtenção de resultados.

Os resultados relativos à orientação vocacional foram pouco expressivos, apenas o curso de engenharia de Pesca citou este motivo. Observa-se que 12,5% dos respondentes que pretendem mudar de curso alegaram que o motivo para a evasão seria a indecisão vocacional. Muitas das decisões de escolha de curso superior são feitas sem uma pesquisa vocacional adequada, nem conhecimento das

áreas de atuação profissional. Isso reflete a importância de avaliar o desenvolvimento vocacional e as necessidades de intervenção do aluno a partir do seu contexto específico de formação.

Em geral os resultados demonstraram que mais de 20% dos alunos pesquisado não escolheram o curso que desejavam. Um dos principais motivos para entrar no curso atual está na não obtenção da nota necessária para ingresso no curso que desejara, além deste também foi citado o incentivo familiar e desejo por outro curso. Enfim, os motivos para evasão foram relacionados a indecisão vocacional, perspectiva de mercado, identificação com a área e o desejo por outro curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar possíveis causas para a evasão de ingressantes nos cursos de engenharia agrícola na unidade sede da UFRPE no período analisado. Quanto aos critérios da escolha e posterior profissão da área em todos os cursos de Engenharia da UFRPE observou-se que mais de 20% dos alunos não os escolheria se tivessem nota para o ingresso no curso de desejado. Isso pode se tornar um motivo para a evasão de alunos, devido ao desejo de seguir outra área de atuação, ou até mesmo ocasionar uma falta identificação com o programa acadêmica do curso.

Dentro dessa problemática, os alunos precisariam de motivos para a sua permanência em um curso que não era preterido. Como possível solução, os mesmos apontaram que esta situação seria amenizada se houvesse a difusão de informações sobre a área de atuação e a perspectiva profissional. Além de boa infraestrutura acadêmica, perspectiva de mercado, a motivação dos professores, poderiam levar à redução do número de evasões. Portanto, não é suficiente afirmar que a evasão esteja associada a fatores isolados como escolha errônea do curso, mas a um contexto que deve ser abordado levando em consideração outros elementos que interferem no processo sócio pedagógico do curso.

A identificação dos motivos que podem levar os estudantes à evasão pode auxiliar em tomadas de decisões visando a proporcionar melhores condições de

adaptação e desempenho para os estudantes. Nesse aspecto, há uma importância na identificação das percepções do aluno sobre o curso e o mercado de trabalho em sua área de formação. Como sugestões para estudos futuros poderiam ser realizadas pesquisa em períodos intermediários, comparando os seus dados e motivos de ingresso com os que discentes que se mantiveram nos cursos; análise comparativa das causas da evasão com diferentes formas de ingressos e análise entres os cursos na instituição.

6 REFERENCIAS

AMBIEL, R. A. M. Construção da escala de motivos para Evasão no Ensino Superior. **Revista Avaliação Psicológica**, v. 14, n. 1, p. 41–52, 2015.

ANDIFES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **UFSM – Estudo apresenta dados sobre a evasão nas universidades federais**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/ufsm-estudo-apresenta-dados-sobre-a-evasao-nas-universidades-federais/>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

ANDRIOLA, W. B.; ANDRIOLA, C. G.; MOURA, C. P. Opiniões de docentes e de coordenadores acerca do fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 52, p. 365–382, 2006.

BAGGI, C. A. DOS S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 16, n. 2, p. 355–374, 2011.

BRASIL. LEI Nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2005.
Disponível em:
<http://www.abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Lei_11096_130105.pdf>

BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **O que é REUNI**. Disponível em: <<http://www.reuni.ufscar.br/o-que-e-reuni>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

CACETE, N. H. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 4, p. 1061–1076, 2014.

CAVALCANTI, J. S. S.; SANTOS, M. G. DOS. Identificação das Causas da Evasão no Curso de Engenharia de Pesca da UFRPE-UAST : o que pensam os alunos e professores? **Revista Ensino de Ciências**, v. 5, n. 1, p. 24–55, 2014.

CONFEA - CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA ARQUITERA E AGRONOMIA (ED.). Engenharias das áreas de Pesca, Agrícola e Florestal. In: **Trajatória e estado da arte da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia**. Brasília: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira CONFEA - Conselho Federal de Engenharia Arquiteira e Agronomia, 2010. v. IXp. 172.

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. DA. Evasão do curso de química da Universidade de Brasília: A interpretação do aluno evadido. **Química Nova**, v. 24, n. 2, p. 262–280, 2001.

CUNHA, L. C. V. DA et al. Políticas públicas de incentivo à educação superior brasileira: acesso , expansão e equidade. **Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística**, v. 4, n. 4, p. 1–14, 2014.

CURI, L. R. L. **O paroxismo da qualidade: avaliação do ensino superior no Brasil**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

DIAS, E. C. M.; THEÓPHILO, C. R.; LOPES, M. A. S. **Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros–Unimontes–MG**. In: Congresso USP De Iniciação Científica Em Contabilidade. **Anais...**São Paulo: 2006Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos102010/419.pdf>>

LOBO, M. B. D. C. M. Panorama da Evasão no Ensino Superior Brasileiro: Aspectos Gerais das Causas e Soluções. **Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, ciência e da Tecnologia**, v. 25, n. 08780 220, p. 1–23, 2012.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F. DA; PFITSCHER, E. D. Utilização de metas de desempenho ligadas à taxas de evasão escolar nas universidades Públicas. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 2, n. 2, p. 54–74, 2008.

SEMESP - SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPEIOR. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2015**. São Paulo: Convergência Comunicação Estratégica, 2015.

SILVA, A. MANIÇOBA DA; SAUAIA, A. C. A. Evasão e qualidade em instituição de ensino superior privadas: uma análise da economia dos custos de transação. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 15, n. 4, p. 805–830, 2014.

SILVA FILHO, R. L. L. E et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641–659, 2007.

TESTEZLAF, R. Agricultural engineering at UNICAMP: undergraduate student dropout analysis. **Engenharia Agrícola**, v. 30, n. 6, p. 1160–1164, 2010.

TINTO, V. Research and Practice of Student Retention: What Next? **Journal of College Student Retention**, v. 8, n. 1, p. 1–19, 2007.

UFRPE -UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Memória**. Disponível em: <<http://www.ufrpe.br/br/content/memória>>. Acesso em: 20 jul. 2016a.

_____. **Conheça a UFRPE**. Disponível em: <<http://ww4.ufrpe.br/pagina.php?idConteudo=61>>. Acesso em: 20 jul. 2016b.

_____. **Cursos: Modalidade Presencial**. Disponível em: <<http://ww4.ufrpe.br/graduacao.php>>. Acesso em: 20 jul. 2016c.

_____. **Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia**.

_____. **Como ingressar**. Disponível em: <<http://ww4.ufrpe.br/pagina.php?idConteudo=14>>. Acesso em: 20 jul. 2016e.

VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. Evasão Escolar na Educação supErior: de que indicador Estamos falando? **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 908–937, 2016.